

DE QUE SE LEMBRAM OS QUÉBÉCOIS?

PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NO QUÉBEC

Beatriz Perrone-Moisés

RESUMO

As relações do Québec com as demais províncias da federação canadense têm sido matéria de intensas discussões parlamentares, e já por duas vezes a província realizou plebiscitos propondo a seus cidadãos uma declaração de "soberania" que poderia levar, gradualmente, à independência. Fala-se hoje num terceiro plebiscito. Fundada numa história e corporificada na língua francesa, que é seu traço diacrítico por excelência, a identidade *québécoise* que justifica a campanha soberanista pode ser acompanhada em seu processo de construção. Este artigo busca elucidar os conteúdos da memória *québécoise* e comentar suas transformações ao longo desse processo de constituição de uma identidade nacional.

Palavras-chave: Québec; identidade nacional; francofonia; separatismo.

SUMMARY

The relations of Québec with the other provinces of the Canadian federation have been intensely discussed in the Canadian Parliament. The Province has already held two referendums proposing to its citizens a "sovereignty" which might eventually lead to independence. Based on a specific history, and embodied in the French language, its distinctive trait *par excellence*, the *québécois* identity that justifies the sovereignty campaign may be followed in its formative processes. This article seeks to clarify the contents of *québécois* memory and comments on its transformations along this process of constitution of a national identity.

Keywords: Québec; national identity; French language; separatism.

A 30 de outubro de 1995, 96% dos eleitores da província do Québec se apresentaram para votar num plebiscito. Tratava-se de responder "sim" ou "não" a uma pergunta que começava assim: "Você aceita que o Québec se torne soberano depois de ter oferecido formalmente ao Canadá uma nova parceria econômica e política..." — pergunta relativa a uma proposta de modificação das relações entre a Província e o restante do Canadá, chamada de "Soberania-Associação". Era o segundo plebiscito em que se colocava para o Québec a possibilidade de se tornar "uma República do Québec, Estado associado ao resto do Canadá", na expressão de Daniel Johnson, primeiro-ministro do Québec na década de 1960. Não se tratava, em nenhum dos dois casos, segundo os promotores dos plebiscitos, de se separar definitivamente da federação canadense, mas de reformular a relação do Québec com o restante do Canadá, garantindo-lhe a plena soberania

em termos políticos, econômicos e culturais. A discussão política que levou ao plebiscito de 1995 vinha se inflamando desde os anos 1960; a relação com o Canadá, tensa desde o século XVIII, tornava-se cada vez mais complicada. Nos termos da política proposta pelo Partido Québécois, que governa a Província desde 1976, a "soberania" podia ser vista como um primeiro passo, uma fase rumo à independência do Québec. "Estado associado" era o que se propunha nos plebiscitos, ou seja, autodeterminação no seio da federação canadense. A independência seria discutida, se assim o quisessem os *québécois*¹, posteriormente — e votada, eventualmente, em outro plebiscito².

Do ponto de vista do restante do Canadá — o "Canadá inglês", na expressão *québécoise* —, tratava-se de secessão; como tal foi julgada, e condenada, pelas mais altas instâncias políticas e jurídicas canadenses, o que só fez exaltar ainda mais os discursos dos políticos do Partido Québécois. No primeiro plebiscito, em maio de 1980, venceu o "não" à soberania do Québec, por 59,5%. No plebiscito de 1995 também venceu o "não", mas desta vez por uma margem mínima: 50,4% a 49,6%.

A campanha soberanista está em plena atividade, e um terceiro plebiscito começa a ser concebido. Dentre os casos de nacionalismo e separatismo, questões cada vez mais presentes na "ordem mundial" e cada vez mais preocupantes, o Québec é matéria digna de reflexão. Ao inverso de tantos outros, o nacionalismo *québécois* toma a via das urnas, a via legalista, numa luta pelo reconhecimento de sua "diferença", ou, do ponto de vista *québécois*, pela justa reivindicação do direito de "assumir o controle de seu próprio destino", segundo a expressão constantemente retomada no discurso soberanista. O nacionalismo *québécois* luta, desde a década de 1960, nas urnas e no Parlamento em Ottawa justamente porque não propõe o desligamento da federação canadense, pelo menos a médio prazo, mas uma "parceria" com o Canadá que representa, em si mesma, um conceito original (e por isso discutível, e discutido) de organização política. Nesse processo histórico de luta pela defesa de uma "identidade" e de uma "nação" é possível acompanhar a construção e a reconstrução de conteúdos de memória e de fronteiras por meio da eleição de traços diacríticos. Trata-se de um caso exemplar porque único, e de uma ocasião privilegiada para a análise, porque raramente nos é possível observar o processo de "fazer um país". E é isso que os *québécois* estão fazendo³.

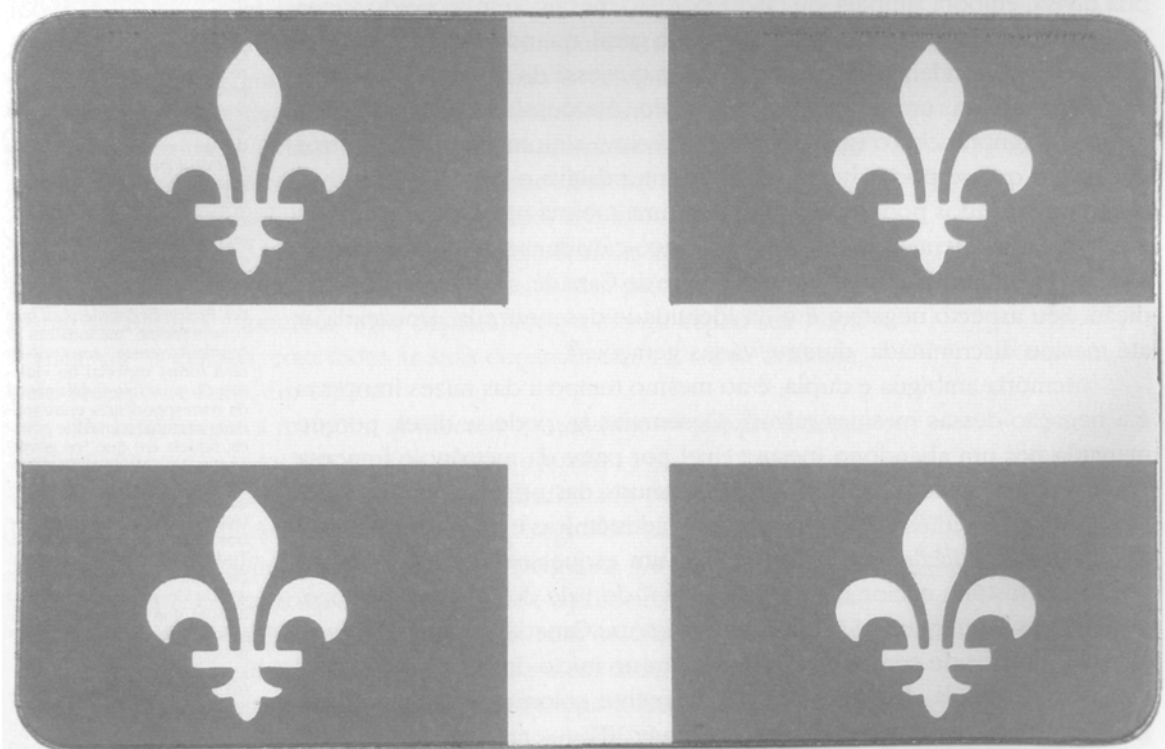


"*Je me souviens*" — "Eu me lembro" —, diz a divisa do Québec, inscrita em cada placa de veículo da chamada "Bela Província". Criada em 1883, figura oficialmente no brasão da Província desde 1939 e nas placas desde o final da década de 1970. Emblemática da defesa da identidade *québécoise*, a divisa não podia ser mais clara: é de memória que se trata. E memória é,

(1) Opto aqui pela utilização do termo "*québécois(e)*" porque falo de uma identidade cujo conteúdo é diferente daquele que corresponderia ao termo "quebequense" em português. Este, na medida em que se refere a qualquer indivíduo que tenha nascido na província do Québec, é um termo politicamente neutro, quando aqui se está falando a partir de um discurso, ao contrário, politicamente orientado.

(2) Embora do ponto de vista jurídico a idéia de soberania dentro de uma federação não faça sentido, já que soberania supõe independência e vice-versa, o sistema político canadense, dado seu caráter híbrido e bastante *sui generis*, abre brechas para infundáveis discussões entre o Québec e o "resto do Canadá" quanto ao sentido exato desse termo e para a própria possibilidade de pensar a "soberania-associação" proposta pelo Partido Québécois. De qualquer modo, movo-me aqui no discurso nacionalista — que aliás se auto-intitula "soberanista" —, e nele, concebível ou não do ponto de vista legal, expressa-se essa idéia de um processo de aumento gradativo de soberania que pode eventualmente resultar na transformação da província do Québec em Estado independente.

(3) O título do "Projeto soberanista do governo do Partido Québécois" é, justamente, "Fazer do Québec um país" (cf. Québec. Gouvernement du Québec. *Faire du Québec un pays. Le projet souverainiste du Gouvernement du Parti Québécois*. Québec: Les Publications du Québec, 1997).



Placa de carro e bandeira do Québec. Fotos: Éric Brochu.

sabemos, a matéria-prima de que são constituídas identidades. Mas, justamente, temos aprendido a perceber ao longo das últimas décadas que tradição, memória, raízes, todos esses pilares da constituição identitária, são processos que envolvem escolha, construção, desconstrução, reconstrução. E para que a memória cumpra sua função política é preciso que seja vista, ao contrário, como um conjunto de "coisas" dadas, transmitidas inertes ao longo de gerações. A história desses processos de redefinição dos conteúdos e fronteiras identitários, necessariamente obliterada no "discurso nativo", pode, em especial neste caso, ser recuperada.

Pois bem, de que se lembram exatamente os *québécois*? Disseram-me vários *québécois* entrevistados a esse respeito que infelizmente não se lembram de grande coisa, e sentem-se culpados por não saberem exatamente de que se devem lembrar. O dever de lembrar-se é mencionado sob várias formas em debates televisivos e artigos de jornal, e sua contrapartida, o esquecimento, muitas vezes é apontada como um dos principais problemas da luta pelos direitos do povo *québécois*. Entre as pessoas que entrevistei, havia uma historiadora cujo trabalho, dizia, era justamente fazer que seus conterrâneos se lembrassem daquilo que os distingue, em datas nacionais, por meio de programas de revitalização da memória, exposições etc. A própria divisa, embora simples, ou talvez por isso mesmo, tem recebido várias interpretações ao longo dos anos. De modo geral, quando se pede aos *québécois* que respondam, sem pensar muito, o que essa divisa significa, há três tipos de resposta: um deles, já mencionado, é a desolada e culpada afirmação da ignorância (o que em si é muitíssimo sintomático), e os outros dois são o que se pode chamar de memória positiva e memória negativa, sendo que os tipos podem se combinar numa mesma resposta. A memória positiva é a da identidade francófona, franco-canadense, *québécoise*⁴, sentimento da diferença em relação ao restante do Canadá, orgulho de uma tradição. Seu aspecto negativo é o da identidade desenraizada, ameaçada, e até mesmo discriminada, durante várias gerações⁵.

Memória ambígua e dupla, é ao mesmo tempo a das raízes francesas e a negação dessas mesmas raízes⁶. Desenraizada, pode-se dizer, porque marcada por um abandono inesquecível por parte da metrópole francesa em meados do século XVIII. A história comum, das origens, aquela que é um dos componentes clássicos das identidades étnicas e nacionais, no caso do Québec é inicialmente a história de um esquecimento. O ponto de partida da história nacional é a "descoberta" do vale do rio São Lourenço, por Jacques Cartier, em 1534. A Nova França, ou Canadá, contudo, só seria alvo de projetos de comércio e colonização no início do século XVII, e só a partir da década de 1660 seria efetivamente colonizada, segundo um grande projeto da coroa francesa, sob Luís XIV — mais de um século, portanto, após a "descoberta". Em meados do século XVIII a França controlava uma vasta região da América do Norte, por meio de núcleos coloniais, redes de alianças com povos indígenas e fortes estrategicamente situados. Estendendo-se da costa atlântica do atual Canadá, pelo vale do São Lourenço, Grandes Lagos, vale do Mississippi-Missouri, até a Louisiana

(4) Várias autodenominações aparecem no discurso dos *québécois*: "canadense francês", "canadense de língua francesa", "norte-americano de língua francesa", "canadense francófono", "*québécois*". A ocorrência desses termos liga-se obviamente a contextos diversos de afirmação/oposição, e pode ser igualmente remetida a diferentes posições políticas no tocante aos projetos de modificação das relações entre o Québec e a federação canadense. Ligadas à situação política, as autodenominações possuem também uma história: "*canadiens*" eram os habitantes da colônia francesa, que passaram a se autodenominar "*canadiens français*" quando os ingleses reivindicaram para si o uso de "*canadian*". "*Québécois*" tornou-se a autodenominação mais corrente a partir da década de 1960: nasceu e tomou força junto com o nacionalismo que expressa.

(5) Este aspecto é bastante explorado no discurso político, como bem mostra Luís R. Cardoso de Oliveira em "A retórica do ressentimento e as demandas de reconhecimento" (*Série Antropologia*. Brasília: Deptº de Antropologia da UnB, nº 250, 1999b, pp. 12-25). A importância dessa "retórica do ressentimento" na constituição do nacionalismo *québécois* remete, aliás, a características recorrentes em movimentos nacionalistas. Ernest Gellner lembra que o sentimento nacionalista é "particularmente sensível" a uma forma especial de violação do princípio fundamental da correspondência entre unidade nacional e unidade política, aquela em que "os governantes da unidade política pertencem a uma nação diferente da maioria dos governados" (*Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993, pp. 11-12). Todo o discurso da "recuperação", ou "restauração" de um estado de coisas que seria o normal, que veremos mais adiante, pode ser relacionado a isso.

(6) Richard Handler observa, não especificamente em relação à "origem" na Nova França mas no conjunto da ideologia nacionalista no Québec, a coexistência de uma visão positiva e uma negativa, "a afirmação simultânea do ser e não-ser nacional, vida e morte" (*Nationalism and the politics of culture in Québec*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988, p. 184).

no Golfo do México, a presença francesa se impunha sobre as confinadas colônias inglesas.

Em 1759 os ingleses sitiaram Québec, a capital da Nova França (pela quarta vez desde 1629), e, contrariando todas as previsões, inclusive as deles mesmos, tomaram a cidade numa batalha nas chamadas Planícies de Abraão. Segundo a historiografia, e na memória *québécoise* que nos interessa aqui, a derrota da Nova França decorreu de um fatal erro tático do general francês em comando, Montcalm. Conta-se o seguinte.

Acampados na outra margem do rio São Lourenço, diante da capital da colônia francesa, os ingleses não tinham esperanças, segundo os próprios documentos do general em comando, Wolfe, de conseguir tomar a cidade de Québec, estrategicamente situada num promontório que lhe fornecia defesas naturais, fortificada e protegida por tropas franco-canadenses sob o comando de oficiais franceses. Pretendiam assim enfraquecer Québec com ataques contínuos às propriedades situadas fora da cidade e retornar na primavera seguinte, já que o longo inverno canadense se aproximava. Do lado francês, consta que as tropas, conhecendo seu território e seu inverno, defendiam a necessidade de contra-atacar o exército inimigo, que saqueava os arredores da cidade em pequenos grupos, numa tática de guerrilha à moda indígena à qual estavam habituados. Reza a tradição que o general Montcalm não deu ouvidos às sugestões dos canadenses, e decidiu enfrentar o exército inglês segundo as regras da guerra à européia, numa batalha campal. Desorganizadas, as tropas francesas abandonaram tarde demais sua posição protegida na cidade fortificada, e foram massacradas pelo exército inglês nas vizinhas Planícies de Abraão, apesar da resistência de grupos de canadenses e seus aliados indígenas. Os ingleses tinham tomado a capital da Nova França. No ano seguinte, Montreal, isolada rio acima, incapaz de se defender, uma vez cortado o seu único contato com possíveis provisões e tropas de reforço, capitulou. "Mãe desnaturada", a França cedeu sua Nova França, ou "o Canadá, com todas as suas dependências", à coroa britânica, pelo Tratado de Paris, em 1763-

Na história que a memória *québécoise* guarda hoje — porque é dessa história que aqui se trata, história que contém e justifica a nação, história com esse ar de mito sempre modificado e sempre afirmado como imutável⁷ —, proponho uma divisão em três capítulos, seguindo os temas que são lembrados pelos *québécois* quando se lhes pergunta: "*Je me souviens...* de quê?". Nessa periodização que proponho, este é o primeiro capítulo: a perda, ou "cessão", da Nova França. Provavelmente, nem todo *québécois* conhece em detalhes essa história que fundamenta sua identidade, mas sabe-se que no processo de constituição da memória identitária a história costuma ser cristalizada: apenas certos eventos e personagens são mantidos, de forma emblemática⁸. Desse primeiro capítulo, os *québécois* de hoje se lembram, sempre, de que foi um general francês o responsável pela derrota da Nova França nas malfadadas Planícies de Abraão, esse *topos*, no duplo sentido, da memória mencionado de geração em geração na tradição popular, em canções, quadras, nos discursos políticos. E de que a França simplesmente

(7) Ver Carneiro da Cunha, Manuela. *Negros, estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 206 ss.

(8) "Pois a história não é necessariamente desfiada: basta que esteja implícita", lembra Carneiro da Cunha (ibidem, p. 206) quanto à origem histórica putativa das identidades étnicas.

entregou a sua (deles) Nova França aos ingleses: não enviou tropas nem suprimentos, não fez esforço algum para salvá-la, como se tivesse esquecido de seus compatriotas na longínqua colônia. Disso os franco-canadenses não podem deixar de lembrar. Um estudo mais atento da história da colonização européia na América do Norte mostra até mesmo que, poucos anos depois de ter cedido a Nova França aos britânicos, a França enviou navios, tropas e grandes generais para apoiar os norte-americanos em sua Guerra de Independência, e esse apoio foi fundamental na vitória americana —veja-se o lugar do general francês Lafayette entre os heróis da Independência americana. Nem todo *québécois* se lembra disso, mas aqueles que lembram só vêm reforçada sua memória do abandono e confirmado o seu rancor. "Malditos franceses!" — diz uma expressão popular.

Sob domínio britânico, começa então o "segundo capítulo". Longo capítulo de dominação na memória *québécoise*, inicia com uma política conciliatória por parte das autoridades britânicas, que logo se modifica, assumindo uma intenção declaradamente assimilacionista. Várias disposições do governo britânico tratam, então, de erradicar de sua nova colônia o uso da língua francesa, as tradições culturais, enfim, tudo o que ligasse a população à sua raiz não-britânica. Dentre os eventos a que remete esse trecho da memória histórica *québécoise* encontram-se proclamações da coroa britânica e uma prática administrativa que correspondem ao que os *québécois* sentem como colonização interna, algo como uma colônia dentro de outra colônia, produzida por uma invasão. Quando as leis do chamado Regime Britânico⁹ não proibiam expressamente o uso do francês, o fato de que toda e qualquer comunicação pública era realizada em inglês, na prática, tornava obrigatória a utilização da língua do império britânico. Sempre que garantia aos católicos franceses a liberdade de culto, a coroa britânica tratava de promover o anglicanismo, e desde o início obrigava os "canadenses" a reconhecer a autoridade do soberano britânico sobre qualquer outra (o que significava retirar do papa a autoridade sobre a Igreja Católica do Canadá), enquanto o governo colonial chegava a exigir que os postulantes a qualquer cargo público abjurassem da fé católica. Do ponto de vista jurídico, ora eram reconhecidas as leis civis francesas que anteriormente prevaleciam, ora se estabeleciam como válidas em toda a colônia apenas as leis do império britânico. As oscilações entre políticas mais ou menos radicais podem ser remetidas a momentos históricos determinados, ao fato de os francófonos e católicos canadenses permanecerem majoritários, à própria resistência destes. O peso relativo de cada um desses fatores na definição da política britânica varia, evidentemente, conforme o lugar do narrador da história: o discurso soberanista, como se pode prever, enfatiza a resistência dos canadenses franceses. A administração britânica parecia esperar que a assimilação dos francófonos ocorresse fatalmente, diante da imposição da língua inglesa e da força demográfica dos cada vez mais numerosos imigrantes anglófonos. Esperava-se que os *québécois* esquecessem, com o passar do tempo. Mas eles se afeerraram à sua diferença, e as autoridades britânicas resolveram dividir a colônia em duas regiões, Baixo-Canadá e Alto-Canadá, que corres-

(9) Os principais documentos desse período são a Proclamação Regia de 1763, o Ato do Québec de 1774, o Ato Constitucional de 1791 e o Ato de União de 1840.

pondiam à divisão lingüística da população e, *grosso modo*, às atuais províncias de Québec e Ontário. O mesmo Ato Constitucional de 1791 que instituiu as duas províncias declarava o inglês como única língua oficial nas duas colônias. A região administrativa que denominariam Baixo-Canadá, cuja população era majoritariamente francófona, "francesa", poderia eventualmente ser unificada ao Alto-Canadá quando a política assimilacionista se concluísse e os anglófonos passassem a ser maioria.

Foi justamente uma proposta de unificação, apresentada ao Parlamento britânico em 1822, o estopim de um acontecimento central da história do Québec: a Revolta dos Patriotas. A reação inicial à proposta foi um acalorado debate na Assembléia Legislativa do Baixo-Canadá, no qual os deputados francófonos defendiam a especificidade de sua província e denunciavam o projeto como mais uma tentativa de subjugar os canadenses franceses, mais um desrespeito à sua especificidade. O fracasso das negociações parlamentares deu lugar a um levante popular sangrento em 1837-38, a chamada Revolta dos Patriotas, movimento que chegou inclusive a declarar a independência do Baixo-Canadá.

Abro aqui um parêntese nessa narrativa sumária da história oficial do Québec para observar, nesse episódio, um exemplo do processo de reinvenção do passado na constituição do discurso identitário. O discurso nacionalista e os manuais de história oficiais apontam na Revolta dos Patriotas o primeiro momento de reação contra o domínio britânico, numa formulação que leva a ver esse episódio como uma espécie de precursor do movimento soberanista no Québec. Nessa narrativa, o deputado Papineau, então presidente da Assembléia Legislativa do Baixo-Canadá, aparece como grande herói da resistência do Canadá francês. De fato, foi a primeira (e única) revolta armada contra o domínio britânico. Não se tratava, contudo, de uma revolta dos francófonos: integrava igualmente anglófonos (alguns na liderança do movimento armado) e, sob a inspiração da Revolução Americana e demais guerras de independência que marcavam então o continente americano, lutava pela independência do Baixo-Canadá. O país que desejavam os Patriotas seria republicano, e bilíngüe. Não espanta que o discurso político soberanista deixe de lado tais detalhes quando se apropria do evento. Como também parece natural que se aponte Papineau como grande herói do movimento (eclipsando os líderes da luta armada e até mesmo os mártires do movimento): a resistência promovida por ele era legal, fundada na idéia de negociação política, em torno das relações entre o Baixo-Canadá e a coroa britânica — nisso, aproximava-se dos objetivos e métodos do nacionalismo *québécois* do século XX¹⁰. O olhar do presente, voltado para um futuro almejado, recorta do passado aquilo que interessa preservar. "Todo pensamento social tende para o futuro. Todas as formas do passado, para constituírem um pensamento realmente social, devem ser traduzidas na linguagem do futuro humano", dizia o filósofo Bachelard¹¹. A memória histórica não fala aqui do passado, mas do futuro¹².

Retomemos o fio da história, ainda no "segundo capítulo". Derrotado o movimento dos Patriotas, em 1840, um ato do Parlamento britânico (Ato

(10) É tentador especular que, se atualmente se optasse pela via armada, poderia ser De Lorimier, o líder-mártir dos Patriotas, o selecionado como personagem principal do movimento.

(11) Bachelard, Gaston. *La dialectique de la durée*. Paris: Presses Univ. de France, 1972 p. 46.

(12) Para uma discussão acerca do caráter "ideológico" da memória, que não se pretende aqui fazer, ver de Manuela Carneiro da Cunha, além do título já citado, "Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível". In: *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 97-108.

de União) reforçou a política de assimilação, declarando o inglês como única língua oficial, e estabeleceu no Parlamento uma maioria britânica, embora os franco-canadenses ainda fossem majoritários do ponto de vista demográfico. Em 1867, pelo Ato da América do Norte Britânica, o Canadá deixou de ser colônia, tornando-se uma federação na qual poderiam ingressar novas regiões. O mesmo ato declarava a federação canadense oficialmente bilíngüe, mas a balança lingüística canadense começava a pender para o lado dos anglófonos, sobretudo com a incorporação de novas províncias a oeste. Na prática, a língua francesa perdia terreno, e os francófonos eram discriminados no Québec. Até a década de 1960, em cidades como Montreal e Québec, portadores de sobrenomes franceses não podiam, por sua condição de francófonos (e ainda que dominassem a língua inglesa perfeitamente), aceder a altos postos de comando nas empresas fundadas e instaladas naquela que nunca deixaram de ver como a "sua" província. É isso que está na memória *québécoise* em relação ao período de dominação por parte de anglófonos, fossem britânicos ou, posteriormente, canadenses: discriminação, subordinação, negação de sua identidade. Os fatos são condensados na percepção desse período como uma época de violentos atentados à "diferença" dos *québécois*, "Malditos ingleses!" — diz outra expressão popular.

Abandonados pelos "malditos franceses" e sujeitos aos "malditos ingleses", os *québécois* pontuam seu discurso identitário com afirmações de auto-suficiência. A face positiva da memória identitária prende-se a esse sentimento de orgulho que os *québécois* externam, por terem sido capazes de persistir na diferença contra tudo e contra todos, por terem sobrevivido. Robert Bourassa, primeiro-ministro do Québec, resumia, em 1990, esse sentimento: "O Canadá inglês tem de entender claramente que, *não importa o que digam ou façam*, o Québec é hoje, e sempre será, uma sociedade distinta, livre e capaz de assumir seu destino e seu desenvolvimento"¹³. O movimento nacionalista tem, desde o século XIX, esse discurso altivo da resistência. Como os *coureurs de bois*, pioneiros franceses que tornaram possível a expansão da Nova França, o Québec aparece como um herói solitário, persistente, corajoso, num meio adverso. Mas essa autovisão altiva e otimista quanto às possibilidades de futuro sempre fora contrabalançada por um lamento fatalista diante da situação presente, e até a década de 1960, quando a primeira ganhou força, os nacionalistas falavam em esquizofrenia¹⁴.

Na década de 1960, pois, a resistência começou a se organizar para mudar a situação, com um discurso de restabelecimento do direito do povo *québécois* de ser reconhecido como povo, "sociedade distinta", capaz de decidir os rumos de "sua" província, seu país. O movimento de "recuperação" dos *québécois* constitui o "terceiro capítulo" de sua história, tal como a contam. O grande evento desse período é a chamada Revolução Tranqüila. "Revolução", porque permitiu que os *québécois*, antes subalternos, recuperassem o controle "em casa"¹⁵. "Tranqüila", porque — embora o Québec tenha passado por um breve período de revolta armada na década de 1970 — foi pela via democrática, eleitoral, que os franco-canadenses

(13) Esta é uma das citações que aparecem em epígrafe ao "Projeto soberanista do governo do Partido Québécois" (Québec, op. cit., grifo meu).

(14) Cf. Handler, op. cit., p. 185.

(15) A noção de território apresenta, no caso do Québec, características dignas de atenção. É evidente que a unidade territorial envolvida nos plebiscitos é a da atual província do Québec. Contudo, como o nacionalismo *québécois*, está intimamente relacionado a essa história da Nova França, alguns de seus aspectos remetem, não a um "território" físico delimitado, mas a um conjunto de símbolos que constituem o que seria a "terra" dos *québécois*. o grande rio São Lourenço, a vastidão, as florestas, o inverno. Num registro mais "geográfico", alguns dos entrevistados mencionaram, por exemplo, que toda a região dos Grandes Lagos foi colonizada por seus antepassados, e essa não-correspondência geográfica entre a Nova França e o atual Québec merece uma análise aprofundada. Por outro lado, já que a identidade francófona é essencial, como veremos adiante, no nacionalismo *québécois*, a noção de territorialidade torna-se complexa dada a existência de centenas de francófonos norte-americanos fora do Québec (noutas províncias canadenses e nos Estados Unidos) que a cada ano se aproximam mais dos festejos da tradição francesa no Québec. Nesse sentido, uma reflexão acerca da "territorialidade" não pode deixar de levar em conta, por exemplo, o fato de o grande festival da francofonia norte-americana de 1999 ter sido realizado na Louisiana... Note-se que neste caso a identidade compartilhada mais remete a origem comum, a Nova França, do que a prática da língua francesa propriamente dita. "Francofonia", nesse contexto, é mais um item digno de análise aprofundada.

obtiveram a possibilidade de mudar uma situação secular que sentiam como insuportável. Foi a partir da vitória nas urnas do Partido Québécois, soberanista, em 1976, que começaram a ser tomadas medidas que marcaram a "retomada" *québécoise*, inclusive a preparação do primeiro plebiscito quanto à "independência" do Québec. Depois disso, já na memória recente, se encontram as contínuas reivindicações do Québec no Parlamento, as várias tentativas de negociação de novas bases para a federação canadense, as ações e reações das províncias anglófonas, sentidas como persistente desrespeito à identidade *québécoise* e recusa de reconhecer a existência do povo *québécois*¹⁶, e os plebiscitos de 1980 e 1995.

São esses os principais eventos selecionados e mantidos — hoje, como se assim fora desde sempre — na memória identitária corporificada na frase "*Je me souviens*". Um órgão de divulgação oficial do governo da província do Québec se refere à sua divisa nos seguintes termos:

*Desde 1883 o Québec escolheu como divisa uma frase que simboliza sua luta para preservar sua identidade e sua história. Em si mesma, essa frase resume a obstinação do povo québécois em preservar sua cultura e suas tradições francesas num universo majoritariamente anglófono*¹⁷.

Todos os elementos da autodefinição *québécoise* estão aí: luta, obstinação, preservação, história, cultura e... língua francesa. Nesse "universo majoritariamente anglófono", é a língua francesa o traço diacrítico fundamental.

Uma das grandes vitórias do nacionalismo *québécois* nestas últimas décadas, que se tornou emblemática do processo da Revolução Tranquila, é uma lei, a chamada Lei 101, intitulada "Carta da língua francesa"¹⁸. Essa lei de 1980 reverteu a prática de assimilação que imperava até então, apesar do bilingüismo oficialmente reconhecido, garantindo na Província a utilização prioritária da língua francesa, em todos os níveis¹⁹. A lei garante a qualquer habitante do Québec o direito de se comunicar em francês "com a administração, os serviços de saúde e serviços sociais, as empresas de utilidade pública, as ordens profissionais, as associações de assalariados e as diversas empresas existentes no Québec", no trabalho e no comércio, e o direito de ser escolarizado em francês (Título 1, Cap. II). Regulamenta, no Título II, as atividades do "*office*" da língua francesa, encarregado de estabelecer programas de incentivo à expansão da utilização da língua francesa, numa política de "francesização" da administração, das empresas sediadas no Québec etc. Institui a Comissão de Proteção da Língua Francesa, encarregada de fiscalizar na prática os progressos da política de "francesização" (Título III), e o Conselho da Língua Francesa, encarregado de avaliar a aplicação da lei e a "evolução da situação lingüística no Québec quanto ao estatuto da língua francesa" (Título IV). A Lei 101, um documento de mais de duzentas páginas, estabelece em detalhes uma política de

(16) Entre os fatos desse período constantemente lembrados destaca-se o episódio do "Repatriamento da Constituição", evento de fundamental importância, relativo às disposições da própria Constituição do Canadá, que até então se encontrava expressa num ato britânico de 1867. Em 1981, num gesto que o Québec soberanista entende como uma punhalada, as províncias anglófonas e o governo federal concordaram em modificar a Constituição "repatriada" no sentido de diminuir a autonomia da província do Québec em matéria de língua e educação. Não por acaso, isso ocorria no ano seguinte ao do primeiro plebiscito pela soberania, que por sua vez coincidia com a promulgação da Lei 101 (vide abaixo). A Assembléia do Québec rejeitou a nova Constituição, que foi aprovada à sua revelia, em 1982. Instalou-se nova crise, o Canadá buscava a "reintegração" do Québec, que fazia exigências, e as negociações desembocaram no Acordo do Lago Meech, de 1990, que reconhecia o Québec como "sociedade distinta", sem no entanto satisfazer outras exigências da Província. Em 1992 as propostas resultantes das conversações de Charlottetown foram rejeitadas pelo Québec, porque se sentia novamente prejudicado, e pelas demais províncias, porque consideravam os termos do acordo... demasiado generosos em relação ao Québec. É a história continua. Para uma análise desses fatos, ver Cardoso de Oliveira, op. cit.

(17) In: <http://www.gouv.qc.ca>

(18) Québec. *La charte de la langue française*. Québec: Les Publications du Québec, 1996.

(19) Antes da Lei 101, leis de 1969 e de 1974 já tinham por objeto a promoção do francês no Québec, mas não de modo tão incisivo e sobretudo jamais tão efetivo quanto ela.

incentivo e proteção da língua francesa. Proteção necessária, como deixam claro vários documentos relativos à sua promulgação, em razão da situação "anormal" em que o Québec se encontrava.

A imagem da "anormalidade" e a proposta de "restauração" ou "recuperação" estão presentes no discurso nacionalista desde o século XIX, afirmando não ser "normal" que um povo não possa mandar em seu próprio país, decidir o próprio destino, viver segundo as suas tradições, ser quem é e... falar a própria língua. Se a língua francesa precisava ser protegida, argumentava-se, era porque a história da dominação anglófona na Província fizera que falar francês passasse a ser uma desvantagem, até mesmo do ponto de vista salarial. Várias das medidas contidas na Lei 101 foram posteriormente contestadas pelas altas instâncias jurídicas do Canadá como anticonstitucionais, por afirmarem o unilingüismo no Québec contra o bilingüismo oficial canadense. De fato, a "Carta da língua francesa" parece estabelecer, na prática, uma política "assimilacionista" cujo efeito seria o desaparecimento das outras línguas faladas na Província, a não ser nas relações privadas. Aplicada, a Lei 101 mudou efetivamente a vida cotidiana do Québec, desde a sinalização de trânsito até as relações de trabalho, e na avaliação oficial conseguiu evitar o desaparecimento da língua francesa, que parecia inelutável.

A base da Lei 101, razão de ser de sua existência, está expressa em seu Preâmbulo: "Língua distintiva de um povo majoritariamente francófono, a língua francesa permite ao povo *québécois* exprimir sua identidade". Com uma formulação ainda mais forte, o plano de política lingüística do governo do Québec declara que "a língua francesa está no coração da identidade *québécoise*", que "é o fundamento da coesão da sociedade *québécoise*". Nos planos, relatórios e discussões de uma política *québécoise*, a questão lingüística ocupa lugar de destaque. Deduz-se daí que *québécois* é, em suma, um canadense que fala francês.

Traços diacríticos são, como se sabe, selecionados numa tradição, da qual nem tudo "serve" para o estabelecimento de fronteiras, e o critério de "relevância" está ligado ao contexto de oposição, de modo que nem tudo o que está disponível na "bagagem cultural" é utilizado. Parafraseando Manuela Carneiro da Cunha, poder-se-ia dizer que "não se levam para o futuro todos os seus pertences"²⁰. No caso dos franco-canadenses, a história da dominação e da resistência é o conteúdo sempre renovado da identidade, e o sinal diacrítico por excelência é a língua, ao passo que outros traços que os distinguem, no contexto em que essa identidade trata de demarcar suas fronteiras, não foram selecionados. Os *québécois* são, por exemplo, católicos, enquanto a esmagadora maioria de seus vizinhos não o é. Poderiam ter escolhido o catolicismo como traço diacrítico, senão principal, ao menos complementar, já que era um dos "itens" de sua tradição, de sua "cultura" — mesmo porque religião costuma ser um dos itens mais selecionados para a definição de fronteiras. Mas não é disso que se lembram para se autodefinirem como *québécois*.

Nem sempre foi assim. A identidade é fundada numa história, mas, além disso, tem uma história — que deve ser esquecida para que o discurso

(20) Carneiro da Cunha, "Etnicidade...", loc. cit., p. 101.

da "essência" possa se manter. Uma vez que "os traços culturais selecionados por um grupo ou fração de uma sociedade não são arbitrários, embora [...] imprevisíveis"²¹, podemos nos perguntar por que os *québécois* não selecionaram o catolicismo como traço diacrítico. E podemos igualmente procurar entender a lógica dessa escolha. Num passado, remoto mas também não tão remoto, a "essência" da identidade *québécoise* tinha outra definição, e incluía, sim, a religião católica. O catolicismo figurava como um dos costumes, usos, "itens" que definiam os franco-canadenses. Constava da legislação da coroa britânica, que inicialmente o proibia, bem como ao uso oficial da língua francesa, para depois permitir ambos, a partir de 1774. Grande parte do texto do Ato do Parlamento Britânico de 1791, que instituía a divisão do Canadá, trata dos termos de manutenção da atividade da Igreja Católica (diga-se de passagem que outra parte considerável do documento trata do incentivo à Igreja Anglicana no Baixo-Canadá). O catolicismo era parte da essência dos franco-canadenses nos discursos inflamados que o deputado Papineau fazia, em 1834, à Assembléia Legislativa do Baixo-Canadá contra o projeto de unificação das colônias, visto como mais uma tentativa de assimilação forçada por parte da coroa britânica. "Os *canadiens français*", proclamava Papineau, "têm uma religião e uma língua". O Québec era católico e francófono na versão dos historiadores *québécois* do século XIX.

O *québécois* deixou de se autodefinir como católico no bojo da Revolução Tranqüila, cujo projeto político estava (e está) centrado na idéia de um Québec moderno, dinâmico, voltado para o futuro. A Igreja Católica, antes poderosa no Québec, perdeu o controle sobre o sistema educacional no mesmo momento em que o projeto político deixava de definir o *québécois* como católico. Concomitantemente, uma geração de historiadores chamados "revisionistas" se propunha a reescrever a história do Québec, que em seus trabalhos aparecia menos católico, e menos rural, do que nas versões de historiadores mais antigos. O "revisionismo" tem sido muito discutido pelos historiadores, e não cabe aqui entrar em detalhes quanto à discussão²². Basta notar que nas décadas de 1960 e 1970, anos da Revolução Tranqüila, o catolicismo foi deixado de lado, juntamente com tudo o que pudesse soar arcaico, ou antiquado, e da "herança" franco-canadense. A língua foi o que restou.

Talvez por ser essa mudança relativamente recente o discurso oficial ainda guarde suas marcas, que com o tempo poderão desaparecer. Vale a pena citar na íntegra uma refinada discussão da própria noção de identidade que remete à questão da "bagagem cultural", notando que se encontra, e isso é importante, no texto oficial relativo aos princípios da proposta de política lingüística do governo (soberanista) da província do Québec:

Em última análise, a língua francesa é a base da identidade cultural e nacional do Québec. Mas é preciso definir a palavra "identidade". No sentido estrito, e muitas vezes pejorativo, pode remeter apenas ao patrimônio comum e específico de um grupo, portanto ao passado da

(21) Ibidem, p. 103.

(22) Veja-se discussão detalhada a esse respeito em Rudin, Ronald. "Revisionism and the search for a normal society: a critique of recent Québec historical writing". *Canadian Historical Review*, LXXIII(1), 1992, pp. 30-61.

*cultura, que é preciso proteger e transmitir. Se o espírito de defesa dominar, desemboca-se rapidamente no conservantismo cultural e político. Ao contrário, num sentido muito mais dinâmico, que convém à sociedade québécoise depois da Revolução Tranqüila, a idéia de identidade remete a uma cultura em mutação e em ação, a idéia de um presente ligado ao passado, sim, mas aberto para o futuro que se molda lentamente com a evolução do mundo. Designa então a intenção legítima de evoluir em continuidade com as linhas de força da cultura québécoise*²³.

Para ser moderno, porque é moderno, o nacionalismo *québécois* — embora tenha instituído nos anos 1970 uma "Semana do Patrimônio"²⁴ e considere "suas" várias tradições que remetem à antiga Nova França — esvaziou sua mala pesada de conteúdos, conservando a memória histórica da opressão e da resistência, e a língua francesa. *Québécois* é, eu dizia acima, um canadense que fala francês, segundo a autovisão de seus cidadãos (é a primeira e mais instintiva resposta que dão à pergunta "o que é um *québécois*?") e segundo a versão oficial do nacionalismo *québécois*.

Pois bem, *québécois* é, antes de mais nada, um francófono. E no traço diacrítico por excelência dos *québécois*, a língua, há algo de ambíguo e complexo, duplo, como na memória identitária. Pois o traço escolhido não lhes é exclusivo, mas compartilhado — com a França e também com os demais países francófonos. Não foi a fala *québécoise* popular, o chamado *joual*, a escolhida para demarcar as fronteiras identitárias, mas o francês. E podemos, como no caso do catolicismo, acompanhar o processo de seleção desse traço diacrítico. Antes que fosse feita a opção, de modo claro, pela língua francesa como marca de identidade, houve muito debate no Québec. Entre 1968 e 1980 havia uma corrente de defesa do *joual*, baseada na idéia de que só o *joual* é propriamente *québécois* e de que era preciso lutar contra a opressão cultural francesa tanto quanto contra a anglo-saxã. O *joual*, entretanto, diz o lingüista Claude Poirier, "não é o francês do Québec, é um movimento político e social que durou duas décadas e que pertence à história do Québec"²⁵. Esse movimento foi vencido por outro, que afirma ser o francês a língua materna dos *québécois*, língua que herdaram dos antepassados da Nova França e que desejam ensinar aos filhos. Defendendo este ponto de vista, Jean Marcel afirmava, num texto que marcou data nesse debate (1974), seu direito à própria língua, à herança cultural francesa²⁶. O *joual*, dizia ele, em vez de ser o que torna diferentes os *québécois*, é resultado da tentativa de fazer que deixassem de sê-lo: se há tantos termos de origem inglesa no *joual*, argumentava, é porque gerações e gerações de *québécois* foram privadas de escolas em francês, impedidas de trabalhar na própria língua, obrigadas, em suma, a esquecer-las. O *joual* é, nessa argumentação, marca da dominação inglesa e da política de assimilação. Finalmente, a opção pela língua francesa é uma opção estrategicamente vantajosa, por ampliar enormemente a possibili-

(23) Québec. Ministère de la Culture et Communications, *Le français, langue commune — promouvoir l'usage et la qualité du français, langue officielle et langue commune du Québec. Enoncé de politique linguistique*. Québec: Les Publications du Québec, 1996.

(24) Para uma discussão da noção de patrimônio no Québec sob um aspecto essencialista, "objetivado" e portanto imutável, no sentido oposto às afirmações da citação acima, ver por exemplo Handler, op. cit., cap. 6.

(25) Poirier, Claude. "Le français du Québec". *Le Magazine Littéraire*. Paris, n° 374, 1999, pp. 112-113.

(26) Marcel, Jean. *Le Joual de Troie*. Montréal-Nord: EIP, 1974.

dade de presença internacional e diálogo. A língua francesa, nesse sentido, interessa ao futuro do Québec.

Foi esse o ponto de vista adotado pela política lingüística oficial desde o final dos anos 1970. "Carta da língua francesa" é o título da lei que serve de símbolo da afirmação nacionalista do Québec. Note-se que é de fato em francês que se comunicam as pessoas no Québec, um francês com traços, na melodia e na pronúncia, que o distinguem do francês falado na França, ou melhor dizendo, que o distinguem de outras formas da língua francesa faladas na França (e na Bélgica, e na Suíça...). Tomado em conjunto com formas regionais francesas, em oposição à "língua oficial", que é a da região parisiense, o francês do Québec apresentaria apenas uma "cor local" mais acentuada, sugere Claude Poirier²⁷. Por escrito, não há diferença, e só as referências a realidades norte-americanas dão a ver a origem do texto. Fala-se francês no Québec porque o Québec foi França, e pode-se ler nesses termos — como ex-colônia francesa, constituída de descendentes de famílias francesas — a autodefinição do Québec como "sociedade distinta" no Canadá e na América do Norte. Os franceses, por sua vez, embora reconheçam que a língua falada por eles e pelos *québécois* é a mesma, sempre fazem notar o exotismo dos termos ("saborosos arcaísmos"), as formas sintáticas próprias, o sotaque "inconfundível". E os *québécois*, para surpresa dos franceses, vão mostrando que muitos desses "arcaísmos" ainda são usados em regiões da França, que muitas das "modificações" sintáticas tidas pelo senso comum francês como resultantes de variações *québécoise* se encontram nos clássicos da literatura francesa, que a própria pronúncia é tão "francesa" quanto a de Paris. Os lingüistas apresentam o *québécois* como resultante de naturais processos de transformação lingüística sofridos pelo francês falado na corte de Luís XIV, enquanto a língua "oficial" falada na França nasce, na Revolução Francesa, daquela que falavam então os burgueses. A língua que distingue o Québec é, definitivamente, língua de franceses. É francês. Longe estamos dos "malditos franceses", expressão que já na década de 1970 era denunciada como autodepreciativa. A raiz francesa, cuja afirmação marca a relação com a própria França, é aquilo que une os franco-canadenses no contexto norte-americano. Num "mar" anglófono, é a língua o demarcador da "ilha" francófona²⁸. Quando o contexto de oposição é outro, e se trata de delimitar fronteiras em relação à França, já não é a língua o demarcador, evidentemente. Pode-se dizer que os *québécois* se afirmam franceses na América do Norte e norte-americanos na França. Mas esse é outro capítulo, e fascinante.

Em 1999, por ocasião de uma semana dedicada ao Québec no Salão do Livro de Paris, um dos mais importantes escritores *québécois*, Jacques Godbout, destacado representante do movimento nacionalista nas artes, escreveu um texto notável acerca das relações entre o Québec e a França²⁹. Utilizando com maestria a língua comum, e a também compartilhada arte da ironia, de que Voltaire é tido como um dos maiores expoentes, Godbout ironiza a França, ironiza o modo como esta, ao ver dos *québécois*, concebe e encampa o Québec, ironiza o próprio Voltaire. O texto, intitulado "Estran-

(27) Poirier, op. cit.

(28) São pouco mais de 6 milhões de francófonos para mais de 250 milhões de anglófonos na América do Norte. A "ilha" francófona congrega, como já mencionado, além dos habitantes da província do Québec, os francófonos acadianos, descendentes de colonos franceses em províncias majoritariamente anglófonas (Nova Escócia, Novo Brunswick), correspondentes à antiga Acádia, colônia cedida pelos franceses aos ingleses antes ainda da Nova França, e comunidades francófonas nas províncias centrais do Canadá e nos Estados Unidos.

(29) Godbout, Jacques. "Étranger parmi vous". *Le Monde des Livres*, 19/03/1999, p. 1.

geiro entre vocês", inicia sarcástico: "Não se pode dizer que a França tenha tido muito sucesso em seus empreendimentos coloniais". Na conclusão, Godbout retoma a provocação, dando a entender que talvez justamente por ter sido abandonada a ex-colônia norte-americana seja hoje o único caso de "implantação" colonial francesa bem-sucedido. As Planícies de Abraão, como se vê, são algo de que os *québécois* realmente não esquecem.

Os *québécois* são extremamente ciosos de suas origens francesas. No Québec há dezenas de sociedades genealógicas, e cada cidadão *québécois* pode facilmente, por meio de uma série de publicações oficiais acessíveis nas bibliotecas públicas e nos arquivos das sociedades ou via Internet, recuperar sua genealogia até o primeiro imigrante francês que se instalou no Canadá, e mais além, recuperar na França as origens de sua família³⁰. A história que os une é a de uma Nova França, e suas "tradições" são essencialmente os usos de populações rurais francesas do século XVII, muitos deles existentes ainda na França, outros mantidos apenas no Québec (como canções e folguedos). A bandeira que adotaram para a sua nação, em 1948, tem as cores e os lírios da coroa francesa, escolhidos deliberadamente, para marcar a origem do Québec na colônia francesa³¹. E é a língua francesa seu principal traço identitário: eles se lembram, em francês, daquilo que os torna canadenses diferentes, norte-americanos diferentes.

De modo que a história do Québec parece ter evitado um movimento comum nas ex-colônias que se tornaram independentes, uma espécie de processo de deriva que as vai afastando das metrópoles. O intercâmbio entre a França e o Québec é de fato constante e denso, nos meios de comunicação, nas artes, na literatura. No contexto norte-americano, os *québécois* se lembram de que foram, e num certo sentido ainda são, franceses. E é isso que faz de seu povo uma "sociedade distinta", expressão cuja presença é exigida pelo Québec nos documentos de negociação com a federação canadense, e que provoca tanta discussão do ponto de vista legal. O Québec nacionalista quer ver reconhecida e valorizada a sua condição de "sociedade distinta", e nessa condição se prepara para mais um plebiscito. O movimento soberanista *québécois* continua em plena campanha, em termos marcados pela memória da resistência. Acompanhando essa nação a fazer-se, certamente poderemos aprofundar o conhecimento acerca dos processos de constituição de identidades. Se os desdobramentos da afirmação desse nacionalismo levarem o Québec a tornar-se um país soberano e, eventualmente, independente, pode-se supor que, encontrando-se transferida para outro "capítulo", em outros contextos de oposição identitária, a história que fundamenta a nacionalidade *québécoise* seja lembrada de outra forma. Se um país duplamente colonizado, que busca afirmar e ver reconhecida sua diferença, afirma seus laços com a primeira metrópole para declarar finalmente sua independência, um Québec independente talvez acabasse deixando de se aferrar à origem francesa. Noutro contexto, os *québécois* não precisariam mais se lembrar de certas coisas...

(30) Nesse interesse pela genealogia encontra-se uma das características frequentemente associadas às identidades étnicas, que remete, em última análise, à noção de identidade biológica. Vale notar que o discurso político não enfatiza o aspecto genealógico da origem comum.

(31) Note-se que a bandeira do Québec—que pode facilmente ser inserida, como variante, no conjunto de bandeiras da realza francesa utilizadas no período colonial—contém, além dos símbolos régios, uma cruz central que originariamente significava o catolicismo. A presença dessa cruz foi, por isso mesmo, objeto de discussão. Apesar disso, permaneceu. Cf. Paulette, Claude. *L'histoire du fleurdelysé*. Québec: Commission de la Capitale Nationale du Québec/Les Publications du Québec, 1998.

Recebido para publicação em 10 de janeiro de 2001.

Beatriz Perrone-Moisés é professora do Departamento de Antropologia da USP.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 59, março 2001
pp. 23-36
